

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Um dos principais desafios de Portugal para a próxima década reside no desenvolvimento e modernização das empresas e atividade económica em geral.

Sem um robusto crescimento económico, melhoria da produtividade e aumento da competitividade externa, nenhum dos problemas nacionais pode ser resolvido de forma sustentável.

Por isso, apostar no desempenho da economia e das empresas, na criação de emprego e qualificação dos nossos trabalhadores e no capital humano em geral, tem sido um imperativo do XXI Governo Constitucional.

Os resultados são hoje visíveis com o crescimento da nossa economia e a redução sustentada do desemprego

Este Governo e o Sr. Ministro da Economia em particular, têm-se pautado por uma política de proximidade e de acompanhamento constante ao tecido empresarial. Exemplo dessa prática, foi a visita que o Sr. Ministro efetuou em Janeiro deste ano à antiga unidade fabril *Triumph*, agora detida pela Têxtil *Gramax Internacional*.

Foi notório o esforço do Sr. Ministro neste processo de transição, em tudo fazer para manter os 500 postos de trabalho, colocando um fim no perigo real desta unidade encerrar.

O Objetivo desta Unidade Fabril, passa pela produção e exportação para mercados como a Alemanha, Áustria, Espanha e França.

Decorrido cerca de um ano, tivemos agora conhecimento, através dos trabalhadores e sindicato representante do sector, que a Administração da Têxtil Gramax Internacional, alega não ter carteira de clientes, para fazer face aos custos existentes, encontrando-se há já algum tempo muitos trabalhadores dessa Empresa em casa, porquanto não existe fluxo de trabalho.

Face a esta realidade a Empresa apresentou um plano de reestruturação que aponta para a redução de 150 postos de trabalho, criando fortes e legítimas preocupações aos trabalhadores e ao seu futuro, que ficam lesados no seu legítimo direito constitucional ao trabalho.

A concretização desta decisão, para além do impacto para o país, tem um impacto extremamente nefasto no Concelho de Loures, onde esta empresa está sediada e onde residem grande parte dos seus trabalhadores, sendo que esta unidade fabril representa um dos principais empregadores do Concelho.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, através de V. Exa, perguntar ao Senhor Ministro da Economia o seguinte:

- **Tem o Governo conhecimento desta situação e efetuado o acompanhamento da mesma junto dos seus responsáveis?**
- **Que medidas podem ser adotadas para evitar esta redução de 150 postos de trabalho?**
- **Que medidas de apoio a esta unidade fabril podem ser desenvolvidas , utilizando todos os mecanismos de apoio estatal, para inverter esta realidade , salvaguardado a produção e respetivos postos de trabalho.**

Palácio de São Bento, 24 de novembro de 2017

Deputado(a)s

RICARDO LEÃO(PS)

SUSANA AMADOR(PS)

DIOGO LEÃO(PS)

VITALINO CANAS(PS)